



Núcleo Disciplinar Ensino de Espanhol e Português como línguas segundas/estrangeiras

Línguas na internacionalização das nossas universidades

Os membros do Núcleo Disciplinar “Português, espanhol línguas segundas e estrangeiras” (doravante ND PELSE) da *Associação de Universidades Grupo Montevideú/AUGM* vêm se debruçando, especialmente nas reuniões do último biênio, sobre a consideração de aspectos relativos à vertente linguística do processo de internacionalização, no qual se inscrevem as Universidades na contemporaneidade.

Devido ao fato de que as instituições que compõem essa Associação filiam-se a tradições acadêmicas e administrativas muito diferentes, nas reuniões e em outras instâncias de encontro do ND PELSE, surgem observações e comparações sobre aspectos e problemáticas que se referem ao âmbito da política educativa universitária e, especificamente, a aspectos relativos à função ou funções das línguas. É nesse sentido que os membros deste Núcleo Disciplinar coincidem em detectar uma problemática comum e, por ocasião da comemoração dos 25 anos de AUGM, consideram oportuno e relevante expressar publicamente a necessidade de afirmar um princípio fundamental: a partir das universidades da região seria necessário concentrar esforços em incentivar e promover – mediante a tomada de decisões e a determinação e registro de procedimentos – a produção científico-acadêmica em português e em espanhol, explorando a específica capacidade que estas línguas guardam de mobilizar noções teóricas, de cunhar e definir conceitos, de formular caminhos metodológicos de

pesquisa e movimentos de análise e reflexão. A tendência ao monolinguismo que atravessa o campo acadêmico se sustenta na representação do inglês como língua franca das ciências que ameaça cercear dimensões promissoras e necessárias no desenvolvimento das línguas; desse modo, compromete a capacidade e a riqueza implícita na possibilidade de se fazer ciência e filosofia nos diversos idiomas, deixando de promover que estes entrem em diálogo nas várias instâncias dos campos de estudo e do intercâmbio científico-acadêmico.

Para que tal proposta responda a um planejamento político, este Núcleo considera pertinente sugerir que, no interior das universidades da AUGM e de acordo com suas específicas estruturas acadêmico-administrativas, sejam criadas instâncias institucionais tais como Secretarias ou Direções de Políticas Linguísticas e, naqueles casos nos quais estas já existam, seja feito um trabalho de consolidação que contribua para sua real integração na dinâmica de tomada de decisões. Em tais instâncias, mediante a participação de especialistas, seria possível abordar a ampla série de questões que se vincula às línguas no atual processo de internacionalização de modo a evitar formas de resolução contingencial, que implicam um forte impacto sobre o funcionamento das línguas. A criação e/ou consolidação dessas instâncias possibilitaria um diálogo interno (em especial, com as respectivas Assessorias ou Comissões de Cooperação Internacional de cada instituição) e, também, um debate nacional e supranacional propiciando que as universidades membros da AUGM fortaleçam a discussão e impulsionem ações concretas em seus âmbitos de inserção, produzindo pronunciamentos perante organismos federais, estaduais e municipais – especialmente os Ministérios ou Secretarias de Educação – a fim de contribuir ao planejamento de ações e de políticas dentro de um efetivo trabalho que valorize e dê visibilidade às questões das línguas em nosso espaço regional.